



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2014

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DA X LEGISLATURA

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Isabel Domingos

Nenésio Afonso

SUMÁRIO

Primeira parte

O Sr. Presidente da Mesa Provisória (José Diogo) declarou aberta a sessão às 9 horas e 10 minutos.

A seguir, convidou para Secretários da Mesa os Srs. Deputados Isabel Domingos (ADI) e Nenésio Afonso (ADI).

A Mesa procedeu à apresentação da composição da Comissão de Verificação de Poderes.

Foi aprovado o relatório da Comissão de Verificação de Poderes, apresentado pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente da Mesa provisória proclamou Deputados todos os cidadãos eleitos, nos termos do relatório da Comissão de Verificação de Poderes.

Procedeu-se à eleição do Presidente da Assembleia Nacional, tendo sido eleito o Sr. Deputado José da Graça Diogo.

De seguida, passou-se à eleição dos demais membros da Mesa da X Legislatura da Assembleia Nacional, tendo sido eleito dois Vice-Presidentes os Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI) e Maria das Neves (MLSTP/PSD), dois Secretários os Srs. Deputados Celmira de Almeida do Sacramento (ADI) e Nenésio

Afonso (ADI) e um Vice-Secretário o Sr. Deputado Sebastião Lopes Pinheiro (ADI).

Por último, fez-se a eleição dos membros do Conselho de Administração da Assembleia Nacional, tendo sido eleito Presidente o Sr. Deputado Carlos Manuel Cassandra Correia (ADI).

O Sr. Presidente eleito suspendeu a sessão às 13 horas e 5 minutos.

Segunda parte

O Sr. Presidente declarou reaberta a sessão às 13 horas e 30 minutos.

A Sra. Brigitt Nascimento (Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões) procedeu à leitura do Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

De seguida, os Srs. Deputados à X Legislatura da Assembleia Nacional prestaram juramento nos termos constitucionais e o Sr. Presidente declarou constituída a Assembleia Nacional.

Por último, proferiram discursos o Sr. Presidente Eleito (José da Graça Diogo) e o Sr. Presidente da República (Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa).

O Sr. Presidente declarou encerrada a sessão às 14 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória** (José Diogo): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo dos Nascimento de **Oliveira**
Adérito de Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Afonso da Graça **Varela**
Agostinho Quaresma dos Santos Afonso **Fernandes**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Alda Quaresma da Costa Assunção **Ramos**
Álvaro João **Santiago**
Américo de Oliveira **Ramos**
André **Varela** Ramos
Ângela dos Santos Ramos José da Costa **Pinheiro**
Arlindo **Ramos**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Carlos Manuel **Vila Nova**
Cecílio **Quaresma** da Graça do Sacramento
Celmira D'Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Ekneide Lima dos **Santos**
Elísio Osvaldo Espírito Santo D'Alva **Teixeira**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Hélder **Paquete** Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António do Sacramento Miguel
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Olinto da Silva Sousa **Daio**
Patrice Emery **Trovoada**
Paulo **Jorge** de Carvalho

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário **Crisóstomo**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio **Fernandes** Leopoldino
Elsa Maria D'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Jorge **Amado**
Maria das **Neves** Ceita Batista de Sousa
Mohamede **Guadalupe** da **Glória**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina **dos Prazeres**
Jorge da Graça **Correia**

José Luís **Xavier Mendes**
Naidizilda Lopes Veloso
Sebastião Pires dos Santos Nascimento

União dos Democratas para a cidadania e Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória**: — Srs. Deputados, quero desejar as boas-vindas aos Srs. Deputados que já estiveram nesta Casa Parlamentar e aos novos Srs. Deputados que se juntaram a este Parlamento para darmos vazão a tudo aquilo que a nação precisa.

Dito isto, vou dar início aos nossos trabalhos e gostaria de dizer que, nos termos do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Nacional, tenho a honra, na qualidade de Vice-Presidente cessante e reeleito, de presidir esta sessão constitutiva da Assembleia Nacional.

Nos termos do artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Nacional, convido os dois Deputados eleitos mais novos para se juntarem à Mesa provisória para a condução dos trabalhos.

Pausa.

Acabo de ser informado que são os Srs. Deputados eleitos Nenésio Afonso e Isabel Domingos.

Os Srs. Deputados tomaram assento na Mesa provisória.

Constituída a Mesa provisória, vamos iniciar os nossos trabalhos e convido a Sra. Secretária da Mesa provisória para proceder à verificação do quórum, segundo os resultados das eleições.

Pausa.

A Sra. **Secretária da Mesa Provisória** (Isabel Domingos): — Sr. Presidente, antes de mais, quero cumprimentar os presentes e informar que temos neste momento na Sala 46 Deputados, logo verifica-se que há quórum.

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória**: — Srs. Deputados eleitos, de acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Nacional, a Mesa recebeu a lista dos nomes dos Deputados que irão compor a Comissão de Verificação de Poderes.

Nesse sentido, peço a Sra. Secretária da Mesa Provisória para proceder à leitura da mesma.

A Sra. **Secretária da Mesa Provisória**: — Antes de proceder a leitura da proposta da lista para a composição da Comissão de Verificação de Poderes, quero cumprimentar mais uma vez os presentes e os caros eleitos e desejar que nesta nova Legislatura possamos ter mais e melhor sucesso nos nossos trabalhos.

Passo a ler a proposta da lista para esta Comissão, são os Srs. Deputados eleitos Elísio Osvaldo do Espírito Santo Teixeira, Hélder Paquete Lima, Celmira de Almeida do Sacramento, Abnildo do Nascimento de Oliveira, Alda Quaresma da Costa d'Assunção dos Ramos, José Manuel Macumbo Costa Alegre do Grupo Parlamentar do ADI; António das Neves Sacramento Barros e Arlindo Barbosa Semedo do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD; Jorge da Graça Correia do Grupo Parlamentar do PCD e Felisberto Fernandes Afonso da UDD.

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória**: — Gostaria de saber se há alguma objecção em relação a lista que acaba de ser apresentada?

Negaram, acenando com a cabeça.

Não havendo objecções, podemos considerar criada a Comissão.

Gostaria de informar que a Comissão terá a incumbência de dirigir os trabalhos na sala 213 e parece que todo o processo já lá está.

Sendo assim, declaro suspensa a sessão por 30 minutos para permitir que a Comissão se reúna para o prosseguimento dos trabalhos.

Suspendeu-se a sessão às 9 horas e 15 minutos.

Retomou-se a sessão às 10 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória**: — Caras e caros eleitos, vamos retomar a sessão. Convido o Sr. Presidente da Comissão de Verificação de poderes para apresentar o relatório.

Murmúrios.

Peço desculpa, Srs. Deputados, antes de se proceder à apresentação do relatório, convido a Sra. Secretária da Mesa Provisória para proceder à leitura da Acta da Constituição da Comissão de Verificação de Poderes.

A Sra. **Secretária da Mesa Provisória**: — Sr. Presidente da Mesa Provisória, Sras. e Srs. Deputados eleitos, passo à leitura da Acta de apuramento da eleição para os representantes dos Grupos Parlamentares da Comissão de Verificação de Poderes.

«Aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano 2014, pelas 10 horas e 15 minutos, na Sala de reunião plenária da Assembleia Nacional no Palácio dos Congressos, procedeu-se à eleição dos representantes dos Grupos Parlamentares na Comissão de Verificação de Poderes da Assembleia Nacional para a X Legislatura, tendo sido eleitos por unanimidade os seguintes Srs. Deputados: Elísio Osvaldo do Espírito Santo Teixeira, Hélder Paquete Lima, Celmira de Almeida do Sacramento, Abnildo do Nascimento de Oliveira, Alda Quaresma da Costa D'Assunção dos Ramos e José Manuel Macumbo Costa Alegre do Grupo Parlamentar do ADI, António das Neves Sacramento Barros e Arlindo Barbosa Semedo do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD; Jorge da Graça Correia do Grupo Parlamentar do PCD e Felisberto Fernandes Afonso do partido União dos Democratas para a cidadania e Desenvolvimento (UDD).

Nos termos do artigo 4.º da Assembleia Nacional, foram eleitos dez Deputados como membros da Comissão de Verificação de Poderes da Assembleia Nacional, bem como a Mesa Provisória, o Presidente José da Graça Diogo e os Secretários Nenésio Afonso e Isabel Domingos.»

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória**: — Srs. Deputados eleitos, convido um representante da Comissão para proceder à leitura do relatório da Comissão de Verificação de Poderes.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Sr. Presidente da Mesa Provisória, Srs. Deputados eleitos, convido o Sr. Arlindo Barbosa, Secretário desta Comissão, para proceder à leitura do relatório.

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória**: — Tem a palavra o Sr. Deputado eleito Arlindo Barbosa para leitura do relatório.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Mesa Provisória, Sras. e Srs. Deputados eleitos, passo à leitura do relatório da Comissão de Verificação de Poderes.

«Aos 22 dias do mês de Novembro do ano 2014, pelas 9 horas e 25 minutos, na sala 213 do Palácio dos Congressos, reuniu-se a Comissão de Verificação de Poderes dos Deputados eleitos, no dia 12 de Outubro de 2014, para a Assembleia Nacional.

A Comissão é constituída por 10 Deputados eleitos, sendo seis do partido Acção Democrática Independente (ADI), dois do Movimento de Libertação de São Tomé Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD), um do partido de Convergência Democrática (PCD) e um da União dos Democratas para a Cidadania e Desenvolvimento (UDD) como a baixo se indica:

Partido ADI:

1. Elísio Osvaldo do Espírito Santo D'Alva Teixeira - Presidente;
2. Hélder Paquete Lima;
3. Celmira de Almeida do Sacramento;
4. Abnildo do Nascimento D'Oliveira;
5. Alda Quaresma da Costa D'Assunção dos Ramos;
6. José Manuel Macumbo Costa Alegre.

Partido MLSTP/PSD:

7. Arlindo Barbosa Semedo – Secretário;
8. António das Neves Sacramento Barros.

Partido PCD:

9. Jorge Dias Correia.

Partido UDD:

10. Felisberto Fernandes Afonso.

Para o êxito dos trabalhos, a Comissão teve como base a Acta de Apuramento Geral das Eleições Legislativas fornecida pelo Supremo Tribunal de Justiça, as respectivas certidões de eleição dos Deputados, os requerimentos de substituição dos respectivos partidos políticos, as cartas de manifestação de impedimento de alguns eleitos, assim como as declarações de inexistência de incompatibilidades previstas no artigo 19.º e 22.º -A do Estatuto dos Deputados.

Constatações:

Compulsando o processo e os demais elementos de base acima referidos, ali incluídas, a Comissão constatou a regularidade formal da atribuição dos mandatos aos candidatos eleitos, sendo possível apurar a seguinte lista dos candidatos eleitos organizada sob os nomes dos partidos políticos que as apresentaram ao sufrágio, por ordem alfabética dos Deputados, com indicação do respectivo círculo eleitoral, atribuindo-se a cada Deputado um número de ordem geral:

Partido ADI:

1. Abnildo do Nascimento D'Oliveira (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
2. Afonso da Graça Varela da Silva (Círculo Eleitoral de Água Grande);
3. Agostinho Quaresma dos Santos Afonso Fernandes (Círculo Eleitoral de Cantagalo);
4. Alda Quaresma da Costa D'Assunção dos Ramos (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
5. Alexandre da Conceição Guadalupe (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
6. Álvaro João Santiago (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
7. Américo D'Oliveira dos Ramos (Círculo Eleitoral de Lobata);
8. André Varela Ramos (Círculo Eleitoral de Lembá);
9. Ângela dos Santos Ramos José da Costa Pinheiro (Círculo Eleitoral da Região Autónoma do Príncipe);
10. Arlindo Ramos (Círculo Eleitoral de Lobata);
11. Carlos Manuel Cassandra Correia (Círculo Eleitoral da Região Autónoma do Príncipe);
12. Carlos Manuel Vila Nova (Círculo Eleitoral de Água Grande);
13. Cecílio Quaresma da Graça do Sacramento (Círculo Eleitoral de Água Grande);
14. Celmira de Almeida do Sacramento (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
15. Domingos José da Trindade Boa Morte (Círculo Eleitoral de Cantagalo);
16. Ekeneide Lima dos Santos (Círculo Eleitoral de Água Grande);
17. Elísio Osvaldo do Espírito Santo D'Alva Teixeira (Círculo Eleitoral de Água Grande);
18. Evaristo do Espírito Santo Carvalho (Círculo Eleitoral de Água Grande)
19. Hélder Paquete Lima (Círculo Eleitoral de Água Grande);
20. Idalécio Augusto Quaresma (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
21. Isabel Mayza Jesus da Graça Domingos (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
22. José António do Sacramento Miguel (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
23. José da Graça Diogo (Círculo Eleitoral de Cantagalo);
24. José Manuel Macumbo Costa Alegre (Círculo Eleitoral de Caué);
25. Levy do Espírito Santo Nazaré (Círculo Eleitoral de Água Grande);
26. Mário Fernando (Círculo Eleitoral de Caué);
27. Martinho da Trindade Domingos (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
28. Nenésio Quaresma Afonso (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
29. Octávio Costa de Boa Morte Fernandes (Círculo Eleitoral de Lembá);
30. Olinto da Silva Sousa Daio (Círculo Eleitoral de Água Grande);
31. Patrice Emery Trovoada (Círculo Eleitoral de Lobata);
32. Paulo Jorge de Carvalho (Círculo Eleitoral de Cantagalo);
33. Sebastião Lopes Pinheiro (Círculo Eleitoral de Lembá).

Partido MLSTP/PSD:

34. Aérton do Rosário Crisóstomo (Círculo Eleitoral da Região Autónoma do Príncipe);
35. Ana Isabel Meira Rita (Círculo Eleitoral de Água Grande);
36. António das Neves Sacramento Barros (Círculo Eleitoral da Região Autónoma do Príncipe);
37. António Monteiro Fernandes (Círculo Eleitoral de Caué);
38. Arlindo Barbosa Semedo (Círculo Eleitoral de Lembá);
39. Beatriz da Veiga Mendes Azevedo (Círculo Eleitoral de Caué);
40. Deolindo Luís da Trindade da Mata (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
41. Domingos Monteiro Fernandes (Círculo Eleitoral de Água Grande);
42. Elsa Maria Neto D'Alva Teixeira de Barros Pinto (Círculo Eleitoral de Água Grande);
43. Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva (Círculo Eleitoral de Lobata);
44. Jorge Amado (Círculo Eleitoral de Cantagalo);
45. Maria das Neves Ceita Batista de Sousa (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);
46. Mohamed Guadalupe Ramos da Glória (Círculo Eleitoral de Lembá);
47. Osvaldo Tavares dos Santos Vaz (Círculo Eleitoral de Lobata);
48. Raúl António da Costa Cravid (Círculo Eleitoral de Caué);

49. Vasco Gonçalves Guiva (Círculo Eleitoral de Cantagalo).

Partido PCD:

50. Delfim Santiago das Neves (Círculo Eleitoral de Lobata);

51. Danilson Alcântara Fernandes Cotú (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi);

52. Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres (Círculo Eleitoral da Região Autónoma do Príncipe);

53. Jorge Dias Correia (Círculo Eleitoral de Cantagalo);

54. José Luís Xavier Mendes (Círculo Eleitoral de Água Grande).

Partido UDD:

55. Felisberto Fernandes Afonso (Círculo Eleitoral de Lembá).

Tendo em conta as disposições legais aplicáveis, a Comissão de Verificação de Poderes, com os pedidos formulados a tal propósito, procedeu às substituições pertinentes dos Deputados que exercem cargos que determinam a suspensão do mandato (os artigos 4.º e 5.º do Estatuto dos Deputados) pelos candidatos não eleitos dos concernentes partidos que lhes são subsequentes na ordem de precedência nas listas dos respectivos círculos eleitorais:

Partido MLSTP/PSD:

Raúl António da Costa Cravid (Círculo Eleitoral de Caué), por Dionísio Fernandes Leopoldino.

Partido PCD:

Delfim Santiago das Neves (Círculo Eleitoral de Lobata), por Naidizilda Lopes Veloso; e

Danilson Alcântara Fernandes Cotú (Círculo Eleitoral de Mé-Zochi), por Sebastião Pires dos Santos do Nascimento.

Dentre os documentos fornecidos, verificou-se a ausência de declarações de inexistência de incompatibilidades por parte dos Deputados do ADI e de três Deputados do MLSTP/PSD.

Nos termos do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Nacional, os Srs. Deputados Mohamed Guadalupe Ramos da Glória do MLSTP/PSD (Círculo Eleitoral de Lembá) e Jorge Dias Correia do PCD (Círculo Eleitoral de Cantagalo), exerceram o seu direito de impugnação dos mandatos de todos os candidatos eleitos que não depositaram neste órgão as declarações de inexistência de incompatibilidade, cujos requerimentos seguem em anexo.

Parecer:

Alínea A), a Comissão é de parecer, por unanimidade, de que devem ser julgados como verificados os poderes de todos os candidatos eleitos.

Alínea B), examinados os elementos de que dispõe a Comissão, a mesma é de parecer de que devem igualmente ser julgados, como verificados, os poderes dos mencionados candidatos substitutos e assim legitimadas as substituições em apreço.

Alínea C), nos termos do artigo 7.º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão é de parecer que os Deputados cujos mandatos foram impugnados têm o direito de defesa perante a Comissão Especializada Permanente a que for atribuída a competência de verificação de mandatos.

Comissão de Verificação de Poderes, em São Tomé, aos 22 de Novembro de 2014.

O Presidente, *Elísio Osvaldo do Espírito Santo D'Alva Teixeira*.

O Secretário, *Arlindo Barbosa Semedo*.»

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória**: — Acabamos de ouvir o relatório da Comissão de Verificação de Poderes e vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Primeiro, gostaria de saber se os Srs. Deputados eleitos concordam com o relatório ou se há alguma objecção a emitir.

Tem a palavra o Sr. Sebastião Santos para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente da Mesa Provisória, ainda não sou Deputado. O Deputado só é Deputado depois de tomar posse, o que ainda não se verificou e é o que diz as nossas leis.

Mas não poderia deixar de colocar aqui determinadas questões que me preocupam. Primeiro, que este acto está sendo feito não na observância do que diz a lei. A lei diz que na Assembleia Constitutiva, a sessão deve ser presidida pelo Presidente cessante e posso dizer qual é a lei que diz isso. Na falta deste Presidente, um dos Vice-Presidentes, se reeleito, preside a sessão e na falta destes presidirá a sessão o eleito mais velho. Suponho que é a primeira infracção que estamos cometendo e gostaria que isso ficasse na Acta dessa sessão.

O segundo aspecto tem a ver com as incompatibilidades e a lei é peremptória. A incompatibilidade da Assembleia ou do exercício de mandato do Deputado é incompatível com determinadas funções a montante e não a jusante. Havendo mandatos de eleitos que a montante estão impedidos de exercerem esta função,

não é correcto que esses detentores do mandato sejam empossados e que tenham esse exercício em efectividade. A lei é clara nas incompatibilidades.

Por absurdo, ao admitirmos isso, poderíamos permitir que o mais alto magistrado da nação, o Presidente da República, sendo eleito possa tomar posse como Deputado e depois regressar. É o que estamos fazendo, *ipsis verbis*.

Por isso, gostaria de deixar bem claro este posicionamento que, de resto, está na lei. Estamos numa Casa Parlamentar e num Estado de Direito Democrático, onde há a primazia da lei sobre demais coisas.

O Sr. Presidente da Mesa Provisória: — Obrigado senhor eleito. Gostaria de fazer apenas um pequeno comentário. Os serviços informaram-me na altura que me convidavam a presidir essa Sessão Constitutiva. Foi uma das preocupações que tive, saber como é que isso deve ser feito. Segundo a informação que me foi dada, na altura, é que têm que estar na Sala 55 Deputados eleitos para se ter essa Sessão Constitutiva.

Tentei saber e a informação que me deram é que o Presidente cessante não poderia estar cá porque consideraram que eram 55 Deputados eleitos que deveriam estar cá para se realizar esta sessão. Foi a resposta que me foi dada.

Tem a palavra o Sr. Sebastião Santos.

O Sr. Sebastião Santos (PCD): — Estou em substituição do eleito também regimental e de forma legal. Mas, vou-lhe citar a lei, falei dela, mas não citei. Começemos por Regimento que é desta Casa, que fala da Sessão Constitutiva:

Artigo 1.º. Data da Sessão.

1. «No 30.º dia subsequente à publicação dos resultados eleitorais no *Diário da República*, a Assembleia Nacional reúne-se, por direito próprio, na sua sede, para a abertura da Legislatura.»

Artigo 2.º Presidência da sessão.

«Assumirá a direcção dos trabalhos o Presidente cessante, e na sua falta e sucessivamente, o primeiro Vice-Presidente ou o segundo Vice-Presidente, se reeleitos Deputados. Na falta destes, a Presidência será ocupada pelo eleito mais idoso.»

Nada disso, que são 55 nem 60, porque o Presidente da Assembleia está. A Assembleia ainda tem o Presidente até este momento, que é o Presidente cessante. Só deixa de ser Presidente com a investidura e a proclamação da Assembleia, por isso é da competência do Presidente cessante. Está aqui a dizer Presidente cessante para presidir a sessão. Não estou a levantar polémica, só estou a chamar atenção para o direito, não sou jurista de formação, mas nem é preciso ser jurista para entender o que está ali. É isso que está escrito e ainda a Assembleia me honrou dar este documento como instrumento de trabalho hoje. É o que está escrito e deve ser cumprido.

O Sr. Presidente da Mesa Provisória: — Tem a palavra o Sr. Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, apenas para dar o meu contributo. Penso que para agilizarmos os trabalhos de hoje, sugeria que avançássemos, isto porque o que levanta o Sr. Sebastião Santos é uma questão de interpretação da norma, cada um faz a interpretação da norma como bem entender e depois há órgãos próprios para decidir a questão das interpretações normativas. Daí que, como disse o Sr. Presidente, os próprios serviços de apoio da Assembleia preparou todo este trabalho não seria aqui que iríamos discutir a questão de interpretação. Como jurista também tenho a minha interpretação sobre todos estes artigos e há outros que nem foram aqui citados e não é momento para citarmos esses artigos. Não é só quanto à questão do Presidente da Assembleia cessante presidir esta fase dos trabalhos, como a questão das incompatibilidades, que é também outra questão de interpretação das normas, daí que sugeria, para avançarmos, depois pode-se requerer outras acções ou formalidades no momento posterior sobre todas essas questões.

O Sr. Presidente da Mesa Provisória: — Gostaria agora de ouvir a opinião dos Srs. Deputados, se devemos agora aprovar o relatório antes de decidirmos. Vou submeter à votação o relatório.

Submetido à votação, foi aprovado, com 45 votos a favor e 5 abstenções.

Caras e caros eleitos, proclamo aqui solenemente Deputados todos os cidadãos eleitos nos termos do relatório da Comissão de Verificação de Poderes.

Aplausos.

Vamos agora proceder a eleição dos membros da Mesa definitiva da Assembleia Nacional. Os serviços acabam de me informar que vamos proceder primeiro ao acto de votação para eleição do Presidente da Assembleia Nacional e em seguida passaremos à votação dos dois Vice-Presidentes, dos três Secretários e dos dois Vice-Secretários que irão compor a Mesa da Assembleia Nacional.

Solicito a apresentação do processo da candidatura ao cargo do Presidente da Assembleia Nacional, nos termos do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Convido a Sra. Secretária para proceder à apresentação das candidaturas.

A Sra. **Secretária da Mesa Provisória**: — De acordo com os serviços foi apresentada apenas uma candidatura que passo a ler:

«Nós, Evaristo do Espírito Santo Carvalho, Levy do Espírito Santo Nazaré, Elísio Osvaldo do Espírito Santo D'Alva Teixeira, Paulo Jorge de Carvalho, Carlos Manuel Vila Nova, Patrice Emery Trovoada, Hélder Paquete Lima, Cecílio Quaresma da Graça do Sacramento, Idalécio Augusto Quaresma, Isabel Maysa Jesus da Graça Domingos, Abnildo do Nascimento D' Oliveira, Celmira de Almeida do Sacramento, Álvaro João Santiago, Ângela dos Santos Ramos José da Costa Pinheiro, Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos, André Varela Ramos, Nenésio Quaresma Afonso, Martinho da Trindade Domingos, Agostinho Quaresma dos Santos Afonso Fernandes, Domingos José da Trindade Boa Morte, abaixo-assinados todos da lista da Acção Democrática Independente (ADI), vimos, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Nacional, apresentar e subscrever a candidatura do Deputado eleito pela lista da ADI, no círculo eleitoral de Cantagalo, o Sr. José da Graça Diogo para o cargo do Presidente da Assembleia Nacional para a X Legislatura.

Com os melhores cumprimentos.

São Tomé, 17 de Novembro de 2014.

O Sr. **Presidente da Mesa Provisória**: — Vou pedir aos serviços para providenciar os boletins. Vamos iniciar o acto, peço aos serviços para fazer a distribuição dos boletins aos referidos eleitos. Gostaria de dizer que depois de terminar o processo da eleição do Presidente passaremos à votação dos restantes membros da Mesa e dos restantes membros do Conselho de Administração. Concluído o processo de votação, passo a anunciar o resultado.

O Presidente foi eleito, com 46 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções.

Submetido à votação, foi eleito o Presidente da Assembleia Nacional, o Sr. Deputado José da Graça Diogo.

O Sr. **Presidente Eleito** (José Diogo): — Quero agradecer a confiança depositada em mim, julgo que estarei cá a representar o órgão colegial. Prometo trabalhar para que cheguemos a encontrar algumas soluções e levar a cabo algumas acções, no sentido de melhorar a nossa visão e dar uma imagem melhor da nossa República.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora para segundo passo que é a eleição de dois Vice-Presidentes, três Secretários, dois Vice-Secretários e também os membros do Conselho de Administração, que será o último acto de votação a ser feito.

Portanto, peço a secretária para apresentar as candidaturas submetidas à Mesa.

A Sra. **Secretária da Mesa Provisória**: — Sr. Presidente, só uma informação, temos neste momento duas urnas, para todos os restantes membros da Mesa, os boletins serão depositados numa só urna e a segunda urna será para o Presidente do Conselho de Administração.

Como candidatos a Vice-Presidência da Mesa da Assembleia, temos dois candidatos, o Sr. Deputado Levy do Espírito Santos Nazaré e a Sra. Deputada Maria das Neves Ceita Batista de Sousa.

Para o cargo de Secretários da Mesa, temos os Srs. Deputados Celmira do Sacramento, Nenésio Quaresma Afonso e Vasco Gonçalves Guiva.

Para a função de Vice-Secretários, temos os Srs. Deputados Sebastião Lopes Pinheiro e Mohamed Guadalupe da Glória. E para os membros do Conselho de administração, temos os Srs. Deputados Carlos Manuel Correia, Ana Isabel Meira Rita e José Luís Xavier Mendes.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de saber do serviço, se as condições estão todas criadas para começarmos a votação. Neste sentido, peço que façam a distribuição dos boletins, para iniciarmos o acto. Esta votação será em bloco.

Gostaria de passar uma informação que acabo de receber da Mesa, é que existe uma proposta de candidatura que veio do partido PCD, averiguando aquilo que está estatuído no Regimento da Assembleia, este partido não tem direito a propor cargo para ser membros da Mesa.

Daí que, gostaria de anunciar que a referida candidatura não tem efeito.

Murmúrios do PCD.

Portanto, vou ler o artigo que diz isso. No ponto dois do artigo 35.º, diz o seguinte: «Cada um dos dois maiores grupos parlamentares propõe um Vice-Presidente e, tendo mais de cinco Deputados, pelo menos um Secretário e um Vice-Secretário.» Portanto, não é o caso do PCD, daí que continuamos o nosso acto de votação.

Espero que os Srs. Deputados receberam os boletins completos. São três boletins, para a votação de Vice-Presidentes, Secretários, Vice-Secretários e membros do Conselho de Administração.

Ainda temos boletins para votação de vice-presidentes, secretários e vice-secretários. Por isso, gostaria de saber se Sras. e Srs. Deputados já receberam os seus boletins, para procedermos à finalização desse acto.

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de saber se todos os Srs. Deputados receberam os boletins referentes a todo o acto eleitoral que vamos fazer agora, porque os serviços acabam de informar a Mesa que há boletins que sobraram. São cerca de sete boletins a sobrar. Só faltam quatro pessoas, daí que insisto em saber se todos já receberam os boletins, para exercerem o direito de voto.

Mais uma vez insisto em perguntar se todos os Srs. Deputados têm os boletins apropriados para sairmos deste impasse. Foram distribuídos quatro boletins, um para os Vice-Presidentes, outro para Secretário, e o terceiro para Vice-Secretário. Depois distribuímos os boletins para os membros do Conselho de Administração. Daí que são quatro boletins que cada um deve ter antes de exercer o acto de voto.

Aí a frente, temos duas urnas, uma para votação dos membros da Mesa e a outra para votação dos membros do Conselho de Administração. Se tudo está bem esclarecido, então vamos iniciar o acto de votação.

Tendo em conta que todos os Srs. Deputados já exerceram os seus direitos de votos, neste sentido, convido os escrutinadores a fazerem contagem de boletins. Já se encontra no anfiteatro os convidados, nomeadamente os embaixadores e tudo mais, daí há a necessidade de acelerarmos os procedimentos da votação, para depois convidarmos a todos para outra sala. Todos os Srs. Deputados receberam três boletins?

Vozes: — Não, não.

O Sr. **Presidente:** — Ainda! Já se encontram no anfiteatro os outros convidados, nomeadamente os senhores embaixadores e todo pessoal convidado, daí a necessidade de acelerarmos os procedimentos de votação para depois convidarmos a todos para passar àquela sala para o voto solene.

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer referência a um pequeno lapso, porque acabo de me aperceber que temos cá na Sala a Sra. Ministra da Justiça e Assuntos Parlamentares e não fiz nenhuma referência desde o início. Não gostaria que terminássemos o acto de votação sem, no entanto, referir a sua presença cá na Sala e saudá-la por estar cá connosco.

O resultado do escrutínio que acabamos de realizar para os cargos de Vice-Presidentes são os seguintes:

O Sr. Levy Nazaré (ADI) obteve 44 votos a favor, 2 votos brancos e 5 abstenções.

A Sra. Maria das Neves (ADI) obteve 33 votos a favor, 1 contra, 16 abstenções e 1 nulo.

Submetidos à votação, foram eleitos Vice-Presidentes, os Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI) e Maria das Neves (MLSTP/PSD).

Considero eleitos a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD) e o Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI), como Vice-Presidentes da Assembleia Nacional.

Aplausos.

Vamos passar de seguida a contagem de voto para eleição dos Secretários que são: a Sra. Celmira do Sacramento, o Sr. Nenéio Quaresma Afonso e o Sr. Vasco Gonçalves Guiva.

Pausa.

O Sr. **Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, passo a anunciar os resultados da votação. Para o cargo de Secretários da Mesa, a candidata Celmira do Sacramento (ADI) obteve 46 votos a favor e 5 abstenções, o candidato Nenéio Quaresma Afonso (ADI) obteve 44 votos a favor, 3 votos brancos e 4 abstenções, e o candidato Vasco Gonçalves Guiva (MLSTP/PSD) obteve 23 votos a favor, 7 votos contra, 3 votos em branco e 18 abstenções.

Submetidos à votação, foram eleitos Secretários, os Srs. Deputados Celmira do Sacramento (ADI) e Nenéio Afonso Quaresma (ADI), o Sr. Deputado Vasco Gonçalves Guiva (MLSTP/PSD) não obteve a maioria necessária.

Neste caso, foram eleitos a Sra. Deputada Celmira do Sacramento (ADI) e o Sr. Deputado Nenésio Afonso Quaresma (ADI).

O Sr. Deputado Vasco Gonçalves Guiva não foi eleito.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora à votação dos candidatos a Vice-Secretários.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Para o cargo de Vice-Secretários de Assembleia Nacional, o Sr. Deputado Sebastião Lopes Pinheiro (ADI) obteve 45 votos a favor, 1 voto contra, 1 voto em branco e 4 abstenções. O Sr. Deputado Mohamed Guadalupe da Glória (MLSTP/PSD) obteve 27 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções. Portanto, o Deputado Sebastião Pinheiro (ADI) acaba de ser eleito como Vice-Secretário da Mesa de Assembleia Nacional.

Submetido à votação, foram eleitos Vice-Secretários, os Srs. Deputados Sebastião Lopes Pinheiro (ADI) e Mohamed Guadalupe da Glória (MLSTP/PSD).

Aplausos do ADI.

A Sra. **Secretária da Mesa Provisória**: — Sr. Presidente, peço a permissão de que um dos boletins que estava aqui durante contagem tinha caído e, não nos apercebemos e esse voto a favor vai para o Sr. Sebastião Pinheiro e que seriam 46 votos a favor em vez de 45 votos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos uma pequena correcção, o Sr. Deputado Sebastião Lopes Pinheiro obteve 46 votos a favor e 3 abstenções, o Sr. Deputado Mohamed Guadalupe da Glória obteve 27 votos a favor, 2 votos brancos, 1 voto nulo e 13 abstenções.

Sras. e Srs. Deputados, tendo em conta o factor tempo e pelo facto de me ter sido informado que na sala já há entidades à nossa espera, acho que os casos que não foram eleitos hoje poderão ser agendados para próxima sessão plenária.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Só nos falta eleger o Conselho de Administração.

O Sr. **Presidente**: — Agora vamos proceder ao apuramento do resultado de votação para os membros de Conselho de Administração que acabamos de efectuar.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Carlos Manuel Correia (ADI) obteve 50 votos a favor e 1 voto em branco. A Sra. Deputada Ana Isabel Meira Rita obteve 25 votos a favor, 18 votos contra, 1 voto em branco e 7 abstenções. O Sr. Deputado José Luís Xavier Mendes obteve 19 votos a favor, 25 votos contra, 2 votos em branco e 5 abstenções. Considerando isto, eis o resultado da votação. Neste sentido, foi eleito apenas o Deputado Carlos Manuel Correia. Assim, o resto dos casos são relegados também para a próxima sessão plenária.

Submetido à votação, foi eleito Presidente do Conselho de Administração o Sr. Deputado Carlos Manuel Cassandra Correia (ADI).

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Foi eleito em princípio 1 Deputado, como eu dizia, repomos o acto de votação para a próxima reunião. Daí, não há problema nenhum. Há um Deputado eleito e os outros serão eleitos na próxima oportunidade. Dito isto, temos que acelerar o processo porque estamos atrasados. Neste sentido, vamos compor a Mesa definitiva convidando a Sra. Deputada Celmira Sacramento, o Sr. Deputado Nenésio Quaresma e o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro para tomarem os assentos na Mesa definitiva.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, acabamos de concluir o processo de votação. Quero aqui agradecer pela participação nos trabalhos de hoje e convidá-los também para se dirigirem para sala do anfiteatro porque ainda teremos a segunda cerimónia. Dito isto, declaro encerrada a primeira parte da sessão. Estão convidados para continuidade do acto.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente declarou reaberta a sessão às 13 horas e 30 minutos.

Entoação do hino nacional.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Tenho em mãos as Actas das eleições que decorreram na Sala do Plenário e passo à leitura das mesmas.

Acta de apuramento da eleição para o cargo de Presidente da Assembleia Nacional:

«Aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano dois mil e catorze, na Sala de reunião plenária da Assembleia Nacional, sita no Palácio dos Congressos, procedeu-se à eleição do Presidente da Assembleia Nacional para a X Legislatura, tendo-se verificado a entrada nas urnas de cinquenta e um votos e tendo sido apurado o seguinte resultado:

José da Graça Diogo – ADI: quarenta e seis votos a favor, dois votos contra e três abstenções.

Nos termos do disposto nos números dois, três e quatro do artigo vigésimo quinto do Regimento da Assembleia Nacional, foi eleito o candidato, Sr. Deputado José da Graça Diogo, para exercer o cargo de Presidente da Assembleia Nacional.

Para constar, se lavrou a presente Acta que vai ser devidamente assinada.»

Acta de apuramento da eleição para os demais cargos da Mesa da Assembleia Nacional:

«Aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano dois mil e catorze, na Sala de Reunião Plenária da Assembleia Nacional, sita no Palácio dos Congressos, procedeu-se à eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-secretários da Mesa da Assembleia Nacional para a X Legislatura, tendo-se verificado a entrada nas urnas de cento e cinquenta e três votos e tendo sido apurados os seguintes resultados:

Vice-Presidentes:

Levy do Espírito Santo Nazaré – ADI: quarenta e quatro votos a favor, cinco abstenções e dois votos em branco;

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa - MLSTP/PSD: trinta e três votos a favor, um voto contra, um voto nulo e dezasseis abstenções.

Secretários: Celmira de Almeida do Sacramento – ADI: quarenta e seis votos a favor e cinco abstenções;

Nenésio Quaresma Afonso - do ADI: quarenta e quatro votos a favor, quatro abstenções e três votos em branco;

Vasco Gonçalves Guiva - MLSTP/PSD: vinte e três votos a favor, sete votos contra, dezoito abstenções e três votos em branco.

Vice-Secretários: Sebastião Lopes Pinheiro – ADI: quarenta e seis votos a favor, um voto contra, quatro abstenções e um voto em branco;

Mohamed Guadalupe da Glória - MLSTP/PSD: vinte e sete votos a favor, oito votos contra, treze abstenções, dois votos em branco e um voto nulo.

Nos termos do disposto nos números três e quatro do artigo trigésimo quinto do Regimento da Assembleia Nacional, todos os candidatos foram eleitos como membros da Mesa da Assembleia Nacional, à excepção do candidato Vasco Gonçalves Guiva que não obteve a maioria necessária dos votos à sua eleição.»

Acta de apuramento da eleição dos Membros do Conselho de Administração da Assembleia Nacional.

«Aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano dois mil e catorze, na Sala de reunião plenária da Assembleia Nacional, sita no Palácio dos Congressos, procedeu-se à eleição dos Membros do Conselho de Administração da Assembleia Nacional para a X Legislatura, tendo-se verificado a entrada nas urnas de cinquenta e cinco votos e tendo sido apurados os seguintes resultados:

Carlos Manuel Correia – ADI: cinquenta votos a favor e um voto em branco;

Ana Isabel Meira Rita - MLSTP/PSD: vinte e cinco votos a favor, dezoito votos contra, sete abstenções e um voto em branco;

José Luís Xavier Mendes – PCD: dezanove votos a favor, vinte e cinco votos contra, cinco abstenções e dois votos em branco.

Nos termos regimentais, apenas o candidato Carlos Manuel Correia foi eleito como membro efectivo do Conselho de Administração da Assembleia Nacional.

Os candidatos Ana Isabel Meira Rita e José Luís Xavier Mendes não obtiveram a maioria de votos para o efeito.

Para constar, se lavrou a presente Acta que vai ser devidamente assinada.»

O Sr. **Presidente**: — Agradeço à Sra. Secretária. De imediato, convido um dos técnicos do Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões (DAPC) para proceder à leitura do Termo de Juramento.

A Sra. **Brigitt Nascimento** (Técnica do Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões): — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura do Termo de Juramento e logo de seguida as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados serão chamados a fim de procederem ao juramento.

«Aos vinte e dois dias do mês de Novembro do ano dois mil e catorze, como reza o artigo 22.º da Lei 11/90, de 26 de Novembro, publicada no *Diário da República* n.º 17, reuniram-se no anfiteatro do Palácio dos Congressos e no decorrer da Sessão Constitutiva da X Legislatura da Assembleia Nacional, que se realiza nos termos do n.º 1, do artigo 1.º do Regimento deste Órgão, após a proclamação dos resultados dos Deputados eleitos, cumprida a verificação da validade da eleição dos mesmos, prestaram juramento legal, nos termos do artigo 73.º da Constituição em vigor, os seguintes Srs. Deputados.»

Prestaram juramento, nos termos constitucionais, os 55 Deputados à Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Excelência, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, Excelência, Sua Excelência Sra. Juíza do Supremo Tribunal de Justiça, Excelência, Sua Excelência Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Excelência, Sua Excelência o Sr. Procurador-Geral da República, Excelência, Excelentíssimos Srs. Representantes do Corpo Diplomático acreditados em São Tomé e Príncipe, Ilustres Sras. e Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Permitam-me, antes de tudo, saudar Sua Excelência o Sr. Presidente da República, a quem gostaria de exprimir os meus sinceros agradecimentos pela presença tão dignificante neste acto solene, que assinala o início de uma nova Legislatura conferindo-lhe, sem margem de dúvida uma maior dimensão. Gostaria de igual modo estender as minhas saudações e agradecimentos ao colectivo de todos os Deputados que agora cessaram funções pela honrosa presença neste acto solene. Quero ainda saudar todos os funcionários desta Assembleia, cuja assistência técnica e devoção ao trabalho são sempre indispensáveis para o sucesso da nossa missão parlamentar. Aproveito o ensejo, para também dirigir os meus sinceros agradecimentos aos distintos representantes do Corpo Diplomático, bem como a entidades civis, militares e demais convidados aqui presentes, que dignaram testemunhar o presente acto que simboliza um passo importante na consolidação da nossa democracia. Quero, finalmente, aproveitar a oportunidade para saudar efusivamente o povo de São Tomé e Príncipe pela maneira tão ordeira, digna, pacífica, patriótica como exerceu seu dever de cidadania, elegendo os seus dignos e legítimos representantes num clima de paz, tranquilidade e absoluta transparência.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Excelências:

O povo de São Tomé e Príncipe augura um futuro melhor e vem lutando abnegadamente com propósito de encontrar alternativa para resolução das suas exigentes necessidades. Daí que, no âmbito da sua missão e atribuições previstas nas leis e na Constituição da República, a Assembleia Nacional deverá colaborar com os demais órgãos de soberania de modo a se encontrar respostas aos variados problemas que afectam o nosso país, mormente a pobreza, o desemprego, a saúde pública, o sistema de segurança social, dentre outros.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Excelências:

Nesse momento solene em que tomamos posse e juramos defender a Constituição, cumprir e fazer cumprir a leis da República, quero lançar um veemente apelo às senhoras e aos senhores Deputados, no sentido de unirmos as nossas forças para que as nossas iniciativas sejam coroadas de êxitos durante a nossa caminhada. Com este propósito, em que esperamos gozar do assentimento de todos, zelarei e não me cansarei de persuadir as Sras. e os Srs. Deputados no sentido de adoptar um comportamento consequente, que faça com que os nossos trabalhos e debates decorram num clima de respeito mútuo pugnando sempre pela defesa e superiores interesses do País e do nosso povo.

O diálogo e o consenso deverão nesta perspectiva constituir ferramentas essenciais para construir amplas plataformas de entendimento, susceptíveis de lançar as bases para a construção de um futuro melhor que sirva a todos os são-tomenses. Pese embora a Constituição da República confira aos órgãos de soberania, mormente Presidente da República, Assembleia Nacional, Governo e Tribunais as balizas de poderes autónomas e competências próprias, não podemos em momento nenhum descorar a importância da interdependência consubstanciada no espírito da mesma.

Por isso, enquanto Presidente da Assembleia Nacional, pugnarei para que as nossas actuações estejam sempre assentes no respeito estrito pelo primado da lei, em busca da paz, da harmonia, da estabilidade tanto desejada pelo nosso povo. Face à situação actual do nosso país e a necessidade de granjearmos uma maior confiança de todo o povo, queremos aqui assumir expressamente alguns desafios. No plano de funcionamento interno, propomo-nos alcançar os seguintes desejos: primeiro, uma melhoria qualitativa das condições de trabalho dos Deputados, com instalações apropriadas, de modo a que sejam mais produtivos numa perspectiva de tornar o exercício de mandato a tempo inteiro, com vantagens incomensuráveis para o País. Segundo, a modernização das ferramentas digitais, estimulando o uso mais sistemático das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) ao nível do Parlamento e dos Deputados em particular, com intuito de se aperfeiçoar os instrumentos de consultas e de fiscalização pelos cidadãos, das nossas actividades.

No tocante a matéria de produção legislativa, sendo o Presidente de um órgão colegial, procurarei em concertação com os Presidentes dos Grupos Parlamentares e o Governo, preparar e agendar debates sobre as novas leis, que pelas suas naturezas e aplicabilidades, fazem falta a sociedade. De igual modo, analisaremos as oportunidades e o interesse em retomar e reintroduzir para discussão, pacotes legislativos que não puderam ser discutidos e aprovados na Legislatura finda, sob os quais importa reflectir de pertinência e de proceder à respectiva revisão, harmonização ou adequação na actual Legislatura. Por conseguinte, farão parte deste conjunto: a) O pacote legislativo que rege a Assembleia Nacional; b) O pacote da Lei Eleitoral; c) A Lei de Protecção de Dados dos pessoais; e) A lei da Segurança Social; f) O Estatuto da Função Pública, dentre outras leis.

Aplausos.

No plano internacional uma atenção particular será dada ao incremento das nossas relações de cooperação parlamentar com os países da CPLP, da sub-região do Golfo da Guiné, assim como com os nossos tradicionais parceiros de cooperação. Procuraremos também estender as nossas relações de cooperação junto de outros Estados e países amigos prevalecendo o exercício de uma profícua influência de diplomacia parlamentar, como forma de ajudar o Estado a construir novas parcerias. Objectivo último será, pois, numa conjugação de esforços de encontrarmos janelas de oportunidades para desencadear acções de cooperação entre São Tomé e Príncipe e os outros países.

Estamos em querer que, ao enveredarmos por essas vias poderemos desenvolver novas sinergias que despoletarão, a breve trecho, iniciativa para fomentar o nosso crescimento económico, ajudando desta feita alavancar de maneira sustentável, o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe e a promoção de bem-estar social das nossas populações. Estamos convencidos de que se nós todos independentemente das nossas opções políticas, origem, credo religioso privilegiarmos e fixarmos as metas consensuais rumo ao desenvolvimento dessas maravilhosas ilhas, objectivando atingi-las e prestar as contas tão quanto necessária se torna com devida transparência, zelo e responsabilidade da boa governação da coesão pública o cidadão são-tomense passará a olhar com credibilidade a sua classe política.

A aplicação desses princípios na prática, ajudarão a moldar a sociedade, a enaltecer os valores do civismo e de humanismo, que fazem falta para granjear o respeito do cidadão perante a sua classe política, para alavancar o nosso sentimento patriótico e orgulho de sermos são-tomenses. Cada um, dentro da sua esfera de actividade deverá contribuir para construção de um país melhor, oferecendo oportunidades para todos aqueles que quiserão trabalhar para o bem de São Tomé e Príncipe de hoje, procurando sobretudo deixar um legado de referência proveitosas para gerações vindouras. Só assim é que poderemos, no fim desta Legislatura prestar conta e dar ao povo a possibilidade de julgar acções e medir o nosso desempenho. Só uma avaliação positiva das nossas prestações pelo povo, de quem emana o nosso poder e a quem se destina as nossas acções, permitir-nos-á, daqui há quatro anos, afirmar a nossa satisfação de ter cumprido o nosso dever de Deputados da Nação.

Obrigado a todos pela vossa amável atenção.

Viva a Democracia!

Um bem-haja a São Tomé e Príncipe.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Dou de seguida a palavra a Sua Excelência o Presidente da República para uma intervenção.

O Sr. **Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe** (Manuel Pinto da Costa): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Juíza-Conselheira, em representação do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr. Juiz-Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Sr. Procurador-Geral da República, Srs. Presidentes da Assembleia e do Governo Regional do Príncipe, membros do Corpo Diplomático e das Organizações Internacionais acreditadas em São Tomé e Príncipe, Altas Individualidades Cívicas, Religiosas e Militares, Excelências, Distintos Convidados, Senhoras e Senhores: Pela primeira vez dirijo-me, pessoalmente, ao Parlamento desde que fui eleito e faço-o numa ocasião tão significativa como é o início de uma Legislatura.

Quero, por isso, nesta Sessão Solene, começar por saudar esta nova Assembleia, cuja composição resulta da vontade do povo expressa livremente nas eleições de 12 de Outubro. Nesta saudação quero dirigir-me especialmente ao novo Presidente, aos membros da Mesa e aos Srs. Deputados.

Ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional, bem como aos restantes membros da Mesa, quero pessoalmente transmitir votos dos maiores sucessos no desempenho das suas relevantes funções no quadro do regime, em geral e, em particular, no funcionamento dos trabalhos parlamentares.

Aos Srs. Deputados investidos hoje, em tão nobre missão patriótica, quero também deixar votos de que o vosso trabalho corresponda o mais possível às vossas expectativas pessoais, dos cidadãos que através do seu voto os elegeram e às necessidades da Nação.

O juramento solene que acabaram de fazer não se resume a um mero ritual, tem um significado concreto traduzido num compromisso de honra perante a República e perante os cidadãos que aqui representam.

O Parlamento, em qualquer parte do mundo, é um órgão vital da democracia. Do seu bom funcionamento e capacidade de responder às aspirações do povo depende, em grande parte, a saúde do regime democrático.

A imagem da instituição parlamentar é, nos dias de hoje, seja qual for a latitude, uma questão de primordial importância na credibilidade interna e externa do regime e, sobretudo, na relação de confiança entre os cidadãos e as instituições democráticas.

Em todas as democracias a modernização da instituição parlamentar, o aperfeiçoamento do seu modo de funcionamento, tem sido uma preocupação constante tendo em vista preservar e mesmo aumentar o seu prestígio junto dos cidadãos. Esta é uma questão fundamental e decisiva no aprofundamento e fortalecimento de qualquer regime democrático.

O Parlamento é, pela sua natureza, o palco privilegiado do confronto de ideias, mas esse natural combate político não tem necessariamente que se traduzir em desunião. Como já afirmei, e repito, somos demasiado pequenos para estarmos divididos.

O debate político e o contraditório não devem impedir o diálogo permanente, fundado no respeito da maioria e das minorias, de modo a que seja possível obter os consensos nacionais indispensáveis para que o País vença os desafios do desenvolvimento.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, distintos convidados: Em democracia é nas urnas, através do voto, que a soberania do povo se manifesta e não poderia deixar de aproveitar esta ocasião para, mais uma vez, felicitar o povo são-tomense pelo comportamento cívico demonstrado nestas eleições, que levaram a que estas decorressem num clima de normalidade, paz e de liberdade, elogiado pela comunidade internacional.

A interpretação dos resultados é clara, quanto à vontade do povo para os próximos quatro anos, vontade que deve ser respeitada, num quadro de estabilidade, de modo a que sejam cumpridos os compromissos assumidos e concretizadas as legítimas aspirações dos eleitores.

O próximo governo que brevemente tomará posse dispõe de uma maioria sólida nesta Assembleia e, por isso, deverá governar de acordo com o seu programa e os seus compromissos eleitorais.

Aplausos gerais.

Como Presidente da República, felicito o ADI pela vitória alcançada nas eleições legislativas...

Aplausos gerais.

... manifestando desde já total disponibilidade pessoal e institucional para que o novo executivo tenha todas as condições para governar durante os próximos quatro anos.

Aplausos gerais.

Estou convicto que é absolutamente indispensável para o progresso de São Tomé e Príncipe uma cooperação franca e aberta entre todos os órgãos de soberania, forças políticas e organizações da sociedade civil.

Da minha parte, tudo farei, para promover um clima que permita uma cooperação institucional produtiva, virada para o futuro e baseada num relacionamento de respeito mútuo e pelas competências de cada um constitucionalmente consagradas.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Deputados, distintos convidados: Concluo esta mensagem à Assembleia, como comecei, saudando mais uma vez a todos os que a partir de hoje são os legítimos representantes do povo, fazendo votos que este momento solene permita renovar a confiança e a esperança num futuro melhor para São Tomé e Príncipe e a todos os são-tomenses.

Obrigado pela vossa atenção.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sras. e Srs. Deputados, declaro encerrada a Sessão Solene da X Legislatura.

Eram 14 horas e 50 minutos.

Entoação do hino nacional.

Faltaram a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Monteiro Fernandes

Domingos Monteiro Fernandes

Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva